

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

Almir Arantes¹



<http://lattes.cnpq.br/9088453918597239>



<https://orcid.org/0000-0003-4793-2908>

Renata Maria da Silva²



<https://orcid.org/0000-0003-3919-962X>

Aumeri Carlos Bampi³



<http://lattes.cnpq.br/4800812434410023>



<https://orcid.org/0000-0002-3410-9376>

Resumo

Neste estudo analisam-se os efeitos socioeconômico-ambientais decorrentes da instalação da UHE Colíder nos municípios afetados do norte do Mato Grosso. O Estado brasileiro articula-se com esse projeto, inserindo-o em um objetivo de desenvolvimento nacional, o que interfere no desenvolvimento regional. A partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, buscou-se verificar se a UHE pode ser considerada vetor de desenvolvimento regional ou se se constitui em um negócio econômico alheio à região. É possível afirmar que o Estado é o grande indutor de processos de reconfiguração territorial desse espaço amazônico, oportunizando a apropriação capitalista dos recursos naturais. Por parte dos habitantes, constrói-se um fenômeno de alienação, excetuando o envolvimento de trabalho, a percepção econômica e o conflito com pescadores.

Palavras-chave: Amazônia Legal; desenvolvimento regional; políticas públicas; território; Usina Hidrelétrica Colíder.

Abstract

In this study we analyze the socioeconomic and environmental effects of the HPP Colíder installation in the affected municipalities of northern Mato Grosso. The Brazilian State articulates with this project, inserting it in a national development objective, what interfere at the regional development. From bibliographical, documental and field researches, it sought to verify if the HPP can be considered a regional development vector or if it

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Pós-doutorando em Ciências Ambientais junto ao PPGCA - UNEMAT. Docente da Faculdade de Educação e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Av. dos Ingás, 3001, UNEMAT – Campus de Sinop. Sinop, MT, Brasil. E-mail: alimir.ski@hotmail.com

² Licenciada e Mestre em Geografia pelo PPGGeo - UNEMAT. Doutoranda em Geografia pelo PPGG - UNIR. Docente da Seduc/ MT. E-mail: renatamariaenzo@gmail.com

³ Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela USC, Espanha. Pós-doutorado em Psicologia Social pela USP. Docente dos Programas de pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso. Av. dos Ingás, 3001. Campus de Sinop. Sinop, MT, Brasil. E-mail: aumeri@unemat.br

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

constitutes in an economical business with no specific region. It is possible to affirm that the State is the great promoter of processes of territorial reconfiguration of Amazonian space, providing opportunities to capitalist appropriation of natural resources. By the inhabitants, it builds up a disposal phenomenon, except the work involvement, economic perception and the conflict with fishermen.

Keywords: Legal Amazon; Regional development; Public policies; Territory; Hydroelectric power plant Colíder.

Introdução

A importância da Amazônia revela-se a partir de seus números. Abarca 60% da superfície da América Latina, abrangendo 7,8 milhões de km², 5% do globo terrestre. Possui 20% da água potável do planeta que perfazem uma extensão de 25 mil quilômetros de vias navegáveis do Rio Amazonas e seus tributários. Sua floresta representa 40% das florestas tropicais e abriga 10% das espécies vivas globais. Em seu território, fala-se mais de 180 línguas diferentes, o que a caracteriza como território de imensa diversidade de povos e culturas.

A porção brasileira, denominada Amazônia Legal, possui uma área de 5,2 milhões de km², espalhada em nove Estados, representando 61% do território brasileiro, e sua bacia hidrográfica abrange mais ou menos 3.869.953 km², 73,6% do total do País. (Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, 2002).

Com tal patrimônio, o Estado brasileiro, por intermédio de seus vários governos, de diferentes matizes políticas, busca integrar desde da década de 1950 esse território aos projetos de desenvolvimento nacional. Entretanto, historicamente pelo fato da Amazônia ser considerada como uma região de baixa densidade demográfica e politicamente periférica no contexto político-econômico, tais projetos foram constituídos sem a participação dos habitantes locais.

A Amazônia Legal aparece de forma subordinada, como estoque de riquezas a serviço de outras regiões e de populações exógenas ao território. Nesse sentido, há um processo histórico e político indicando que a Amazônia faz parte de um desenvolvimento maior em prol do fortalecimento econômico nacional e de integração ao mundo globalizado; logo, diversos interesses nacionais e internacionais provocam dinâmicas socioterritoriais e socioambientais na região. Uma vez que as políticas nem sempre são coincidentes, manifestando-se em um território em disputa, a despeito dos habitantes que ali vivem.

Diante de tal retrato, o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, antes mesmo de vencer as eleições presidenciais, apontava para uma nova perspectiva de intervenção do Estado para a Amazônia Legal. Indicava que a região é imprescindível ao desenvolvimento nacional, mas esse projeto não podia nem deveria ser alheio ao bem-estar das populações locais e nem ser desenvolvido de forma predatória ao ambiente natural (Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, 2002).

Entretanto, a postura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, seguida pelos governos de Dilma Rousseff, também revela as contradições históricas do Brasil. Ao mesmo tempo em que se considerava que seria preciso diminuir o fosso social que separa os mais ricos dos mais miseráveis no plano nacional,

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

também se entendia que seria preciso dinamizar a economia brasileira para que o país se incorporasse de forma mais robusta ao circuito da produção capitalista mundial. Nesse sentido, além de haver necessidade de uma diversidade de políticas públicas voltadas ao campo social, também se fazia necessário apontar propostas e efetivar ações no campo da produção econômica. Isto implicava na necessidade de investimento em logística e infraestrutura para a dinamização do capital e que envolvesse a região amazônica.

Nesse cenário, a questão energética constitui-se em um forte gargalo para a economia e a vida social do país. E como se acredita que a forma mais rápida, eficiente e eficaz, sem desconsiderar outras fontes, para suprir tal demanda é a energia provinda de usinas hidrelétricas, a região amazônica apareceu em relevo nesse contexto.

Diante da conjuntura política e econômica exposta, o estudo investiga a possibilidade da promoção e fortalecimento do desenvolvimento regional em virtude da instalação de usinas hidrelétricas nos rios da Bacia Amazônica. No caso específico, trata-se da Usina Hidrelétrica Colíder – UHE Colíder –, construída no rio Teles Pires, norte do Estado de Mato Grosso, nos municípios afetados: Cláudia, Colíder, Itaúba e Nova Canaã do Norte.

Este estudo materializa resultados de projeto de pesquisa, ao problematizar o papel do Estado brasileiro na condução de políticas públicas para a Amazônia Legal, principalmente naquilo que diz respeito a usinas hidrelétricas. Procura ainda explicitar como os sujeitos, moradores dos municípios diretamente envolvidos, vivenciaram e participaram do processo e que perspectivas possuem em relação ao empreendimento no território no qual habitam.

Nesse sentido, a partir de revisões bibliográficas, análises documentais e informações obtidas em pesquisa de campo, este estudo em um primeiro momento aponta como o Estado manifesta-se em relação à Amazônia Legal e qual é o direcionamento que dá em relação à construção de usinas hidrelétricas. Para tanto, faz-se necessário explicitar qual concepção de desenvolvimento regional que o Estado preconiza.

Em um segundo momento, o texto contextualiza a temática que versa sobre hidrelétricas em rios da Amazônia, pontuando a Usina Hidrelétrica Colíder e os municípios que são impactados diretamente com a sua construção. Em seguida, busca, a partir das falas dos sujeitos envolvidos no processo, compreender como ocorre a convivência com empreendimento do porte de uma usina hidrelétrica, se houve adesão, confrontos, negociações ou alienamento.

Assim, com tais indicadores, em uma síntese provisória, é possível identificar se esse empreendimento comporta processos de desenvolvimento regional ou se constitui em um artefato estranho às populações no território.

O projeto de desenvolvimento regional do Estado brasileiro para a Amazônia Legal

Com a vitória dos EUA na 2ª Guerra Mundial, em 1945, o mundo também assistiu o capitalismo incorporar em seu vocabulário o conceito de *desenvolvimento*. Tal expressão, difundida para os países alinhados aos valores do livre mercado, indica que um país é desenvolvido se tiver crescimento econômico, o qual só é possível se houver respeito às potencialidades e limites

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

econômicos de cada nação, em concomitância com a inserção da população ao mundo do consumo. Logo, os países em desenvolvimento devem aproveitar suas riquezas naturais para exportar paralelamente à importação de manufaturas de países detentores de tecnologia de ponta. Em favor do desenvolvimento, reafirma-se a divisão internacional do trabalho, estabelecendo uma escala entre os países: aqueles que são desenvolvidos, os que estão em fase de desenvolvimento e os subdesenvolvidos. E, nesse processo, são concebidas e invocadas “vocações produtivas e comerciais”.

O Brasil, embora em alguns períodos históricos tenha adotado políticas de substituição de importações, é um sócio subordinado dessa orientação política e econômica, destacando-se como exportador de produtos agrícolas e minerais. Seus governos, na maioria, em seus planos de trabalho, demonstram objetivos que incrementam esse papel e a Amazônia Legal é compreendida como estoque de recursos naturais (terra, floresta, água, minérios) - uma região estratégica.

Propondo um novo redirecionamento político e econômico para a região, Luiz Inácio Lula da Silva, ao vencer as eleições em 2002, preconizou, a partir de seu governo, que o desenvolvimento nacional seria uma meta possível de ser alcançada desde que fosse sustentável e que a Amazônia contribuisse com a economia nacional, sem, no entanto, prestar-se a um papel meramente funcional para outras regiões do país, ou simplesmente voltada aos interesses externos.

Indicou que seria possível objetivar a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira à medida que implantasse um projeto simultâneo à valorização de suas riquezas naturais, sociais e culturais, conciliando e dinamizando atividades econômicas e inovadoras na região, com geração de emprego e renda concomitante ao avanço tecnológico e de infraestrutura de forma sustentável, viabilizando a elevação do nível de vida da população regional (Brasil, PAS, 2008, p. 55).

Sob esse princípio, o governo federal começou, em 2003, o debate com governadores, empresários e representantes de movimentos socioambientais da região visando à construção de um projeto amplo de desenvolvimento regional. No processo, incorporou-se a premissa de que a negociação é um elemento importante para a construção de um plano sustentável e participativo de desenvolvimento para a Amazônia, pois políticas públicas devem ser implementadas “a partir do acúmulo de aprendizados, de cooperação, de diálogo, de negociação pacífica das diferenças, de produção conjunta de solução e de formação de consensos possíveis” (Brasil, PAS, 2008, p. 80).

Foi inserida, neste debate, a afirmação de que a Amazônia é múltipla, pois apresenta simultaneamente áreas com economia dinâmica ao lado de regiões carentes de infraestrutura básica que não permitem o mínimo de bem-estar aos seus habitantes. Há lugares povoados por imigrantes estabelecidos tanto antes quanto a partir da década de 1970, e há áreas povoadas por populações tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos que precisam de apoio e suporte de políticas públicas. Há municípios que apresentam alta densidade populacional e outros com populações dispersas. Há espaços dinâmicos e inseridos na economia nacional e espaços carentes de melhorias no tocante à economia e ao desenvolvimento humano.

Assim, acredita-se que qualquer plano de desenvolvimento regional deveria levar em conta tanto a Amazônia Legal em seu conjunto, que agrega

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

nove Estados da federação, quanto porções distintas e delimitadas desse mesmo território que apresentam dinâmicas históricas econômicas e sociais específicas.

A partir dessas diretrizes, concebeu-se o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o qual, embora teve sua última versão editada em 2008, seus trabalhos se iniciaram em 2003, agregando considerações dos governadores da região, movimentos populares, organizações não governamentais e setores do governo federal.

Esse plano, embora não seja um indicativo operacional propriamente dito (quadro 01), coloca-se como um referencial estratégico “contendo um elenco de diretrizes gerais e as estratégias recomendáveis para a sua implementação, devendo as ações específicas se materializarem mediante planos operacionais sub-regionais (Brasil, PAS, 2008, 31).

Quadro 01: Síntese do Plano Amazônia Sustentável (PAS)

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)
Objetivo Geral: Promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando à elevação do nível de vida da população.
Objetivos Específicos: ➤ Promover o ordenamento territorial e a gestão ambiental, de modo a possibilitar: o combate à grilagem; a resolução de conflitos fundiários e destinação das terras públicas; o controle sobre a exploração ilegal e predatória de recursos naturais; a proteção dos ecossistemas regionais; ➤ Fomentar atividades econômicas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais com inovação tecnológica, agregação de valor e valorização da biodiversidade, da geodiversidade e dos conhecimentos de populações locais, de modo a estimular a geração de emprego e renda, o fortalecimento da segurança alimentar e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais; ➤ Subsidiar o planejamento, a execução e a manutenção das obras de infraestrutura nos setores de energia, transportes, comunicações e na instalação de equipamentos urbanos, visando à maximização dos benefícios socioeconômicos e minimização e mitigação dos impactos negativos dessas intervenções na região; ➤ Fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas e de garantias do acesso da população regional a políticas universais de educação, saúde, segurança pública e previdência social; ➤ Embasar a construção de um novo modelo de financiamento na Amazônia, voltado para a redução das desigualdades sociais e regionais, geração de emprego e renda, uso sustentável dos recursos naturais.

Fonte: Presidência da República do Brasil, 2008. Organizado pelos autores.

Dentre os planos operacionais sub-regionais, que deram consistência ao PAS, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) (quadro 02) que, compreendendo uma área de 73 municípios, sendo 28 no estado do Pará, 39 no Mato Grosso e 06 no Amazonas, perfazendo uma área total de 1.232 km², aponta para intervenções específicas e práticas na área delimitada.

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

Quadro 02: Síntese do Plano BR-163

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA BR-163 NO TRECHO CUIABÁ, MT – SANTARÉM, PA – PLANO BR-163
Objetivo Geral: Implementar um novo modelo de desenvolvimento local e regional e organizar a ação de Governo, com base na valorização do patrimônio sociocultural e natural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras e no uso sustentável dos recursos naturais, visando à elevação do bem-estar da população em geral. Objetivos Específicos: ➤ Prevenir e mitigar impactos associados à pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, em particular os conflitos fundiários, a violência no campo, o deslocamento de produtores familiares e populações tradicionais de seus territórios, o desmatamento acelerado e outros problemas socioambientais; ➤ Promover um conjunto de ações voltadas à criação das condições estruturantes necessárias ao desenvolvimento local e regional, nas áreas de ordenamento territorial e ambiental, fomento a atividades sustentáveis com inovação tecnológica e agregação de valor, melhorias na logística de infraestrutura socioeconômica e fortalecimento da inclusão social e cidadania; ➤ Ampliar a presença do Estado, garantindo maior governabilidade sobre os processos de ocupação territorial e maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva; ➤ Estimular processos de diálogo, negociação e formação de consenso entre órgãos governamentais e diferentes grupos da sociedade, em contextos democráticos de gestão de políticas públicas, contemplando as necessidades de arbitragem de conflitos pelo Estado; ➤ Promover a gestão compartilhada das políticas públicas, por meio da efetivação de parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal); ➤ Reconhecer e valorizar a diversidade sociocultural, econômica e ambiental nos territórios contemplados na área de abrangência do Plano, como aspecto fundamental de sua estratégia de implementação; ➤ Promover uma estratégia de ordenamento territorial capaz de impedir movimentos indesejados de ocupação de áreas conservadas da floresta e de estimular a melhor utilização de áreas já desmatadas que, às vezes, encontram-se abandonadas; ➤ Fomentar as atividades produtivas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, com densidade técnico-científico, valorização de sabedorias das populações locais e agregação de valor, de modo a contribuir para a geração de emprego e renda e para o fortalecimento da segurança alimentar; ➤ Apoiar a estruturação dos núcleos urbanos, considerando suas funções de apoio à produção (energia, armazenagem, transportes e comunicações) e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes (saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública).

Fonte: Casa Civil da Presidência da República, 2006. Organizado pelos autores.

Observa-se, assim, a partir dos exemplos destacados, que é possível indicar ampliação nos diversos níveis institucionais do Estado na Amazônia Legal visando a um maior controle social, econômico e político sobre os movimentos de ocupação e transformação socioprodutiva nesse território, orientando ainda o seu uso e de seus recursos “além de assegurar adequada provisão de serviços públicos essenciais, como educação, segurança, saúde, habitação, assistência técnica, regularização fundiária e justiça” (Brasil, PAS, 2008, p. 57).

Nesse sentido, é possível afirmar que a construção do processo de desenvolvimento regional objetivado pelo Estado, trabalha com dois movimentos distintos: o primeiro se dá em um contexto embasado em competições entre regiões, haja vista a sociedade capitalista globalizante no qual se insere. Já o segundo, embora não necessariamente harmonioso, trabalha com a

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

possibilidade de impulsionar solidariedades locais, permitindo, inclusive, contrapropostas de desenvolvimento (Santos, 2008).

É possível afirmar que o projeto proposto para a Amazônia Legal pelo Estado brasileiro traz em seu bojo duas possibilidades históricas que em seus limites podem ser excludentes: a transformação da Amazônia Legal em território dinâmico capaz de fazer frente ao mercado internacional; logo, portadora de todas as contradições sociais que este modelo impõe. Pode, ainda, viabilizar uma região que se referencie no bem-estar de toda a sua população, respeitando a sua complexidade e diversidade, o que demanda poderosos esforços sociais e políticos para resistir aos assédios políticos e econômicos.

A construção de usinas hidrelétricas como parte da estratégia de desenvolvimento

Conforme sugerido em momento anterior, a possibilidade de êxito do projeto de desenvolvimento nacional, inaugurado a partir da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, deveria passar pela solução de alguns gargalos históricos e dentre eles, pode-se citar a pobreza nacional e assimetrias regionais existentes tanto entre macrorregiões quanto em seu interior e o baixo dinamismo da economia nacional em todos os seus circuitos. Assim, dentre as várias frentes de trabalho necessárias para tal empreendimento, um dos pontos importantes é a solução do problema energético existente no país que limita avanços nas áreas econômica e social.

O Estado brasileiro, após estudos fundamentados em dados anteriores e pesquisas mais atualizadas, constatou que, em face do Brasil deter 15% das reservas mundiais de água doce disponível, um dos maiores conjuntos de bacias hidrográficas do planeta, aliado ao histórico do país em explorar esse recurso a fim de obter energia - via usinas hidrográficas, a perspectiva de solução do problema passa pela potencialização desse elemento (75% do consumo energético do país vêm dessa fonte). Acredita-se que o país tem potencial para se tornar autossuficiente em energia elétrica a partir de uma fonte renovável, de menor custo, utilizando tecnologia nacional. Com potencial de geração de 130,8 GW, o país tem uma capacidade instalada, via usinas hidrelétricas, de 84.095 GW (Brasil, EPE, 2015).

Não obstante, a percepção governamental observa que essa solução traz elementos positivos, pois em sua visão interfere minimamente naquilo que diz respeito ao uso múltiplo da água pelas populações, tais como a irrigação, navegação, abastecimento humano, esgotamento sanitário, saneamento industrial, turismo e lazer, aquicultura, manutenção dos ecossistemas, entre outros. Como elemento significativo, constata-se também que é na Amazônia Legal que incide o maior potencial hidrelétrico do país, pois 75% da capacidade energética via usinas hidrográficas encontram-se nos biomas amazônico e cerrado (Brasil, MME, 2007).

Concorre ainda para essa perspectiva a forma como o país operacionaliza sua exploração e uso de energia elétrica. A maior parte do sistema elétrico brasileiro, cerca de 98%, encontra-se interligada. Diversas bacias hidrográficas nacionais são interligadas pelo sistema, o que permite que todas elas, interconectadas, deem suporte conjunto, dividindo entre si a demanda nacional. Assim, entende-se que a bacia Amazônica pode fornecer energia para boa parte

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

do país de forma conectada ao sistema nacional, coordenada e centralizada por um Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (Brasil, EPE, 2015).

Fora do sistema interligado nacionalmente, há sistemas isolados, geralmente funcionando via unidades termelétricas com uso de óleo diesel, localizados em sua grande maioria na Amazônia Legal. Sistemas de geração como solar, eólica e nuclear constituem-se em parcelas de toda a cadeia de geração de energia do país.

Verifica-se que a agenda política colocada para a questão energética nacional configura-se a partir de vários pontos: ampliar a capacidade do país em gerar e distribuir energia elétrica; inserir gradativamente a população que depende de fornecimento de energia de sistemas isolados, cerca de cinco milhões de pessoas, ao sistema interligado nacional; ampliar e garantir o uso para fins econômicos de energia elétrica na Amazônia Legal; propor que a exploração de usinas hidrelétricas provoque os menores danos ambientais possíveis; melhorar a qualidade e ampliar o acesso aos serviços públicos nas áreas urbanas e rurais da região; levar a energia elétrica para o campo.

Entretanto, há um ponto controverso que tensiona todo esse projeto e provoca conflitos socioambientais, que é a extensão dos impactos provocados pelo processo de exploração de energia via usinas hidrelétricas. No contexto da Amazônia Legal, aponta-se uma projeção de mais de 100 empreendimentos de usinas hidrelétricas catalogadas como potencialmente viáveis, já projetados, ou em processo de licenciamento ou em construção (Amazônia Viva, 2016). Indica-se que tais empreendimentos, além da inundação de uma grande área, alterariam intensamente os habitats aquáticos além de impactar sobremaneira o arranjo social dos moradores locais, principalmente os povos indígenas, pois a concentração dessas comunidades encontra-se na faixa da maioria dos locais apontados como favoráveis à implantação de usinas (Fearnside, 1999).

O governo federal, por sua vez, reconhece que não há como evitar impactos socioambientais, pois impactos são todas as alterações, positivas ou negativas, provocadas por aproveitamentos sobre o sistema ambiental, tanto físico quanto biótico ou socioeconômico; logo, qualquer alteração sobre um ser, uma região ou população gera consequências (Brasil, MME, 2007). Esses efeitos, por sua vez, podem se apresentar de forma isolada ou conjuntamente sobre os elementos hídricos e seus múltiplos usos, sobre a vegetação, sobre a fauna terrestre e alada, sobre as populações urbanas e rurais, sobre as comunidades indígenas e outros grupos étnicos, sobre solos e seus recursos minerais, sobre o clima, indução de abalos sísmicos e patrimônio cultural (Brasil, MME, 2007).

Contudo, tal reconhecimento da problemática pelo Estado não inviabiliza a materialização dos projetos propostos, pois, segundo a visão governamental, é possível, mediante uma série de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias por parte do Estado e das empresas contratadas, possibilitar um desenvolvimento sustentável à região amazônica com crescimento econômico, melhoria na qualidade de vida das populações diretamente impactadas, respeito às culturas vivenciadas e com o máximo de controle sobre os impactos ambientais provocados (Brasil, MME, 2007). Considera-se, assim, que no limite, a efetivação dos projetos de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia Legal, que significa a expansão do consumo e uso de energia elétrica, propiciará

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

tanto um crescimento econômico para a região e o país, quanto um desenvolvimento à Amazônia Legal (Brasil, EPE, 2015).

É possível indicar, diante dos elementos colocados, que, não obstante as questões conflitantes de ordem socioambiental envolvendo instalações de usinas hidrelétricas, há um processo dialético de fundo. Na medida em que se reconhece que o território da Amazônia Legal é tanto uma unidade em si quanto elemento de uma globalidade, pode-se também identificar conforme Santos (2005) uma hierarquia de lugares construída na divisão de trabalho entre os territórios.

Projetos desta envergadura, portanto, a despeito de objetivar desenvolvimento regional mais amplo, carregam em seu bojo afirmações, negações, rupturas, tensões e novas reconstruções ou (re)(des)configurações socioterritoriais. Há uma reinvenção do território amazônico, pois, a partir de acréscimos de ciência, da técnica e do poder econômico em um território, muda-se seu aspecto paisagístico com interferência também sobre as relações sociais. Há a construção de um novo meio geográfico (Santos, Silveira, 2010).

Reafirma-se ainda que a dimensão dada a esse processo direciona o território a uma especialização, implicando em uma manifestação da divisão territorial do trabalho em que se exige a produção e circulação de um fluxo intenso de informações, matéria e energia levando a uma instrumentalização do território (Santos, Silveira, 2010). “Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção” (Santos, Silveira, 2010, p. 105).

Ainda se referenciando em Santos e Silveira (2010), afirma-se que a Amazônia Legal tem sua contextualização alargada ao tempo que perde o comando sobre o que nela acontece, produzindo alienação territorial, pois decisões de maiores impactos ao território são majoritariamente tomadas em lugares distantes e alheias à vida amazônica e amazônica, ainda que inicialmente se verifique certo grau de participação de segmentos sociais nos debates ao envolver um projeto de desenvolvimento regional.

Quando forças historicamente conflitantes debatem questões que envolvem grandes recursos monetários, territórios e ambientes diversos, principalmente em um país marcado por profundas assimetrias sociais, ao exemplo do Brasil, questões do mercado globalizado tendem a sobrepor as decisões sociais e ambientais, mesmo porque o Estado nacional brasileiro fez uma opção histórica pela lógica capitalista, o que implica em uma ampliação das potencialidades nacionais para fazer frente ao mercado globalizado. A questão energética é questão vital nas decisões políticas da União e a exploração via usinas hidrelétricas foi uma das opções políticas adotadas.

O norte do Estado de Mato Grosso no contexto do projeto hidrelétrico nacional

Tal qual a Amazônia Legal de forma geral, particularmente também o Estado de Mato Grosso historicamente foi marcado como receptor de grandes projetos públicos federais, tanto de exploração econômica quanto de povoamento, vinculado igualmente à concepção de vazio demográfico, inóspito e longínquo. Assim, também a partir de meados de 1980, passou a ser referência

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

como região potencialmente privilegiada para abrigar projetos de instalação de usinas hidrelétricas.

Embora compondo a Amazônia Legal, Mato Grosso localiza-se na região Centro-Oeste do país e, desde o início de sua história enquanto tal, no século XVIII, esse território, também estigmatizado negativamente, tornou-se referência para projetos de povoamento e de exploração de matérias-primas, principalmente de origem mineral e vegetal. Foi a partir da década de 1970, porém, com os governos militares, que grande parte de sua extensão geográfica, principalmente sua porção norte, foi federalizada para fins de ocupação populacional desencadeada por agências públicas e empresas imobiliárias privadas. Por meio desse processo, a população preexistente, formada por indígenas, quilombolas e ribeirinhos foi marginalizada e vista como obstáculo à modernização territorial.

No início do século XXI, no entanto, a ampliação da crise energética instalada no país, paralelamente à crise econômica e social, aceleraram estudos, projetos e normatizações a fim de capacitar toda a Amazônia Legal e o Mato Grosso inserido nesse contexto, para se tornar provedora nacional de energia elétrica via exploração de usinas hidrelétricas.

Em 2022 o Estado do Mato Grosso, com 142 municípios, atingiu uma população estimada em 3.658.649 habitantes. Possui uma área de 903.378.292 km², o que o torna nacionalmente o terceiro maior Estado, em extensão, sendo superado em área apenas pelos Estados do Amazonas e do Pará (IBGE, 2022). Na atualidade é reconhecido como um dos maiores produtores de grãos do país, principalmente a soja. Nesse sentido, é reconhecido também como uma das porções consideradas dinâmicas, sob o ponto de vista econômico, da Amazônia Legal, o que implica em dizer que a atuação pública nesse espaço tem como preocupação constante aprimorar e ampliar esse dinamismo, proporcionando intensos debates sobre questões ambientais e sociais.

Com sua capital Cuiabá, localizada no centro geodésico da América Latina, Mato Grosso com sua superfície em sua maioria aplainada, está inserido em três biomas ecológicos: a maior parte encontra-se no bioma Amazônico (53,6%); outra grande porção territorial no bioma Cerrado (39,6%), e 6,8% faz parte do Pantanal (Mato Grosso, 2016). Esse Estado também é conhecido por sua extensa rede hidrográfica que compõe, em sua grande maioria, a bacia Amazônica e a bacia Platina, uma parte das águas mato-grossenses constitui a bacia do Tocantins (Mato Grosso, 2016).

Seguindo, igualmente, a tendência dos outros Estados da Amazônia Legal, Mato Grosso tem nas usinas hidrelétricas sua maior fornecedora de energia (70%), sendo que, segundo levantamento em 2014, para uma capacidade instalada de 2.752 GW (2,1% do índice nacional), havia nove usinas hidrelétricas (acima de 30 GW), 62 pequenas centrais hidrelétricas (de 01 até 30 GW) e 40 centrais geradoras (até 1 GW). Observa-se, entretanto, que há mais dez empreendimentos em construção e 16 outorgas assinadas (Brasil, ANEEL, 2014).

Dentre esses empreendimentos, destacam-se projetos de instalação de usinas hidrelétricas no rio Teles Pires, no norte do Estado. Esse rio, junto com o rio Juruena, forma o rio Tapajós, que tem sua foz no rio Amazonas pela margem direita, junto à cidade de Santarém, Pará. Com uma área total de drenagem de 141.172,21 km² e uma extensão de aproximadamente 1.482 km, a bacia do

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

Teles Pires abrange 35 municípios, sendo 33 no Estado do Mato Grosso e dois no Estado do Pará. Em estudos realizados por órgãos governamentais, foi identificado potencial hidrelétrico de 3.697 MW, distribuídos em seis aproveitamentos. Nesse sentido, entre empreendimentos já em operação e previstas estão as usinas UHE Magessi, UHE Sinop, UHE Colíder, UHE Teles Pires, UHE São Manoel e UHE Foz do Apiacás.

Para efeito de melhor entendimento técnico, o rio Teles Pires foi subdividido em Baixo Teles Pires, com um comprimento de 285 km, e uma área de drenagem de 22.916 km²; Médio Teles Pires, cujo comprimento é de 565 km e área de drenagem 82.300 km² e o Alto Teles Pires com um comprimento de 631 km e uma área de drenagem de 37.444 km² (EPE, CONCREMAT, 2008). Cortando os biomas Amazônico e Cerrado, além de uma área de transição, a bacia do Teles Pires influencia diretamente mais de 750 mil moradores nos municípios que a compõem. Esses municípios foram formados, em maioria, a partir da década de 1970 por meio de projetos governamentais de povoamento e têm na agricultura e pecuária seus principais vetores econômicos.

Observa-se ainda que, dentre os municípios atingidos por empreendimentos hidrelétricos, situam-se desde aqueles com baixos índices socioeconômicos, baseados na agricultura familiar, quanto municípios com altos índices alavancados pelo agronegócio. A área de inundação é de 769 km² (EPE, CONCREMAT, 2008).

A partir de tais referenciais e estudos realizados, antecipando que houve impactos negativos tanto nos meios físico, quanto biótico e antrópico, alterando a dinâmica ambiental como um todo na área de influência dessas usinas, o que se indaga é: (a) Além da geração de energia que será usufruída principalmente por outros centros, quais são os benefícios à população local? (b) Quais consequências uma usina hidrelétrica provoca para a população ao seu entorno?

UHE Colíder e seus impactos socioeconômico-ambientais

Muito embora o governo federal tenha, a partir do ano de 2003, firmado compromisso com o desenvolvimento regional, sendo que a Amazônia Legal mereceu lugar de destaque, também estabeleceu como agenda prioritária, um redimensionamento e estruturação de elementos que pudessem destravar o sistema produtivo nacional para tornar o país mais competitivo no mercado global. E como a questão energética, desde o final do século XX, apresenta-se como um ponto relevante a resolver, o Estado, aproveitando-se de estudos realizados na década de 1980, aprimora-os e atualiza-os, dando início ao projeto de estruturação e consolidação do sistema nacional de geração e distribuição de energia.

Esse projeto, em conjunto com outros de igual impacto na vida nacional, estava inserido no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, e no Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) (quadros 03 e 04) que previam, entre várias ações, financiamento público para a implantação de diversas usinas hidrelétricas na Amazônia Legal.

Quadro 03: Síntese do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

Objetivo Geral: Retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, a partir do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas.

Objetivos Específicos:

- Investimentos na expansão da infraestrutura econômica e social do país;
- Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- Melhoria no ambiente de investimento;
- Desoneração e aperfeiçoamento da administração tributária de melhorias fiscais de longo prazo.

Fonte: Brasil, Ministério do Planejamento, 2013. Organizado pelos autores.

Quadro 04: Síntese do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2)

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2 (PAC 2)

Objetivo Geral: Retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, a partir do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas e ações de infraestrutura social e urbana.

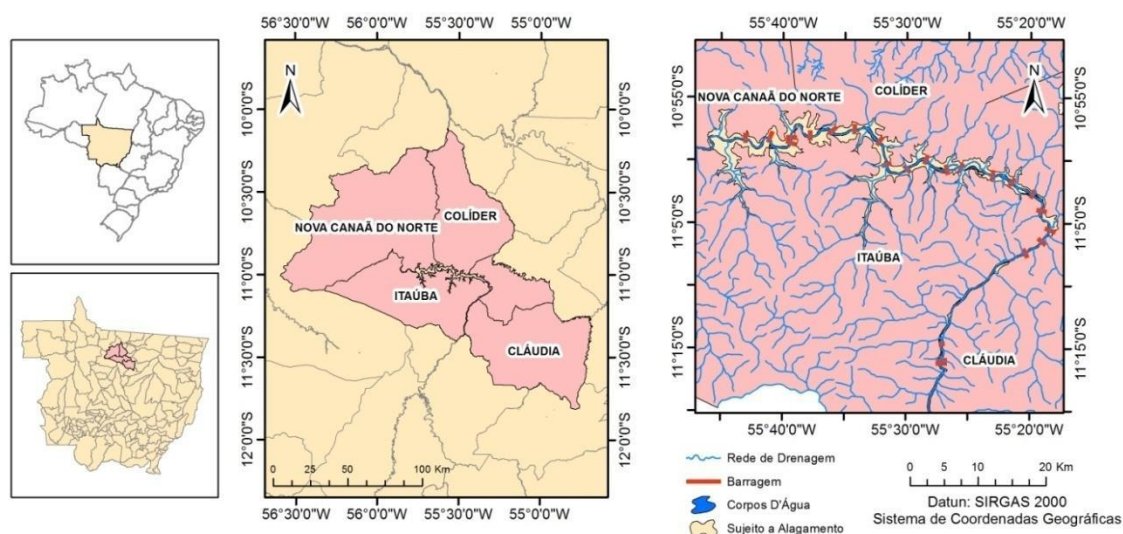
Objetivos Específicos:

- Investimentos na expansão da infraestrutura econômica e social do país;
- Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- Melhoria no ambiente de investimento;
- Desoneração e aperfeiçoamento da administração tributária de melhorias fiscais de longo prazo;
- Investimento e ações em infraestrutura social e urbana.

Fonte: Brasil, Casa Civil da Presidência da República, 2013. Organizado pelos autores.

No Mato Grosso, conforme já indicado nos estudos governamentais, o rio Teles Pires mostra-se adequado para esses programas, apresentando as condições necessárias para a implantação de seis usinas de médio porte e várias pequenas usinas hidrelétricas.

A implantação da UHE Colíder surgiu nesse contexto, materializando-se a partir de leilão público realizado em 2010, arrematado pela Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária da Companhia Paranaense de Energia. Enquanto consórcio construtor, a UHE Colíder foi destinada a J. Malucelli/C.R. Almeida. O valor arrematado foi de 1,26 bilhões de reais. Há que se observar que o valor do empreendimento foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES.



EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

Figura 1. Localização da UHE Colíder. Elaboração: Thales Lima (LAPEGEOF - UNEMAT), 2019.

A UHE Colíder, empreendimento de médio porte, dado ao fato de possuir uma capacidade de geração de 300 MW, foi aprovada para ser instalada no setor médio do rio Teles Pires, abrangendo diretamente os municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia, com um reservatório previsto de 168 km² e uma área inundada de 143,5 km². O comprimento entre o barramento e o remanso é de 91 km (EPE, Concremat, 2008). No município de Nova Canaã do Norte, onde as turbinas estão instaladas, as águas inundaram 22,9 km², ou seja, 0,4% de sua área. Colíder, por sua vez, onde os escritórios da Copel instalaram-se, 16,20 km² (0,53%) de suas terras foram alagadas. O município de Itaúba, o mais afetado, tem 103,3 km², ou 1,82% de seu território alagado. E, finalmente, o município de Cláudia tem 1,10 km² alagados, ou seja, 0,03% de seu território.

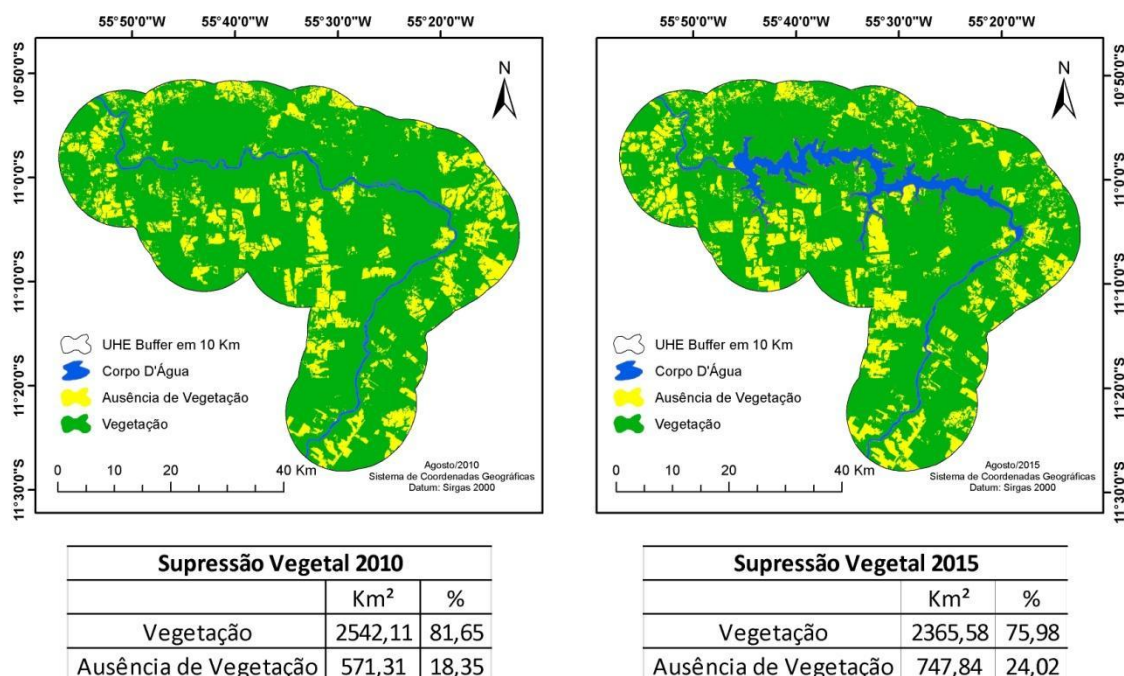


Figura 2. Supressão vegetal 2010-2015 e área de alagamento. Elaboração: Thales Lima (LAPEGEOF - UNEMAT), 2019.

Os municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia constituíram-se no bojo do projeto dos governos militares na década de 1970, que incentivou a migração de milhares de famílias para a região norte do Estado de Mato Grosso em busca de terra. A população, oriunda em sua maioria do Sul do país, deslocou-se por rodovias construídas para esse fim pelos próprios militares, neste caso a BR-163 e rodovias estaduais ligadas.

No contexto da integração e da ocupação, a população foi incentivada à abertura de suas terras via desmatamento, o que impulsionou as atividades econômicas baseadas na extração da madeira, implantação da agricultura familiar (pequenas propriedades), seguida da criação do gado bovino. Excetua-se na questão fundiária Itaúba, constituída por grandes propriedades, que, após a exploração madeireira, promoveu o desmatamento e abertura, inserindo a

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

pecuária bovina extensiva e na atualidade passa por conversão de áreas à sojicultura.

No caso de Colíder, Nova Canaã e Cláudia, a atividade da agricultura familiar instalada para a colonização foi frustrada nas duas primeiras décadas de colonização, dando sequência a um processo de êxodo rural e incorporação de sítios e pequenas propriedades a grandes propriedades de pecuária bovina. Enquanto em Colíder e Nova Canaã houve o processo de pecuarização da atividade econômica, tornando-a predominante, em Cláudia a atividade que substituiu a agricultura familiar, de maneira lenta e progressiva foi a agricultura de larga escala. Muito embora haja no contexto do município um conjunto de assentamentos rurais recentemente instalados e moradores oriundos do período inicial da colonização em sítios menores, o que prevalece é a atividade agrícola latifundiária.

Atualmente, nesses municípios, a população (quadro 05) sobrevive de atividades diversas: madeira (em forte declínio), pecuária, agricultura de grande porte e agricultura familiar diversificada, além de serviços e atividades públicas; entretanto, há que se indicar que o avanço do agronegócio intensivo, principalmente da cultura da soja já se faz notar em alguns desses municípios, em disputa por terras com a pecuária, de grande porte ou leiteira e com a agricultura familiar que segue pressionada.

Quadro 05: População municipal - ano de 2022

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Cláudia	9.593
Colíder	31.370
Itaúba	5.020
Nova Canaã do Norte	11.707
Total	57.802

Fonte: IBGE, 2022: Organização dos autores.

Para a execução da UHE Colíder, foram desapropriadas 97 unidades rurais via compra, sendo 13 em Nova Canaã do Norte, oito em Colíder, 60 em Itaúba, cinco em Cláudia e 11 ilhas. Para a constituição da faixa de servidão da linha de transmissão Subestação UHE Colíder/Subestação Cláudia, foram requeridas 23 propriedades, sendo 16 em Itaúba e 07 em Cláudia (COPEL, 2016).

Em trabalho de campo, foram realizadas incursões nos quatro municípios citados com a finalidade de realização de entrevistas não estruturadas. Buscou-se identificar como se dá a leitura desse processo pelos sujeitos entrevistados e como esse fenômeno impactou suas vidas.

Para tanto, foram entrevistadas 52 pessoas distribuídas entre classes sociais distintas, formações acadêmicas, profissões, gêneros, idades e locais de residências distintas nos municípios diversos, respeitando a distribuição de gênero, com idades que variam de 19 a 60 anos, durante os anos de 2019 a 2025.

Dentre os entrevistados foram contactados 02 prefeitos municipais e 01 vice-prefeito, 04 líderes de sindicatos de trabalhadores, 02 representantes de sindicatos patronais, 12 servidores públicos de prefeituras municipais, 12 representantes do legislativo municipal, 01 representante da associação de

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

pescadores, 02 funcionários administradores do empreendimento e 16 trabalhadores diversos.

Em um primeiro momento, buscou-se esclarecer se houve tensões quanto ao processo de desapropriação. O que se verificou foi que o embate deu-se, via judicial, em relação ao preço proposto pela terra por parte da COPEL em relação a alguns proprietários, principalmente de médio e grande porte. Não se constatou, entretanto, que tal movimento tenha provocado maiores repercussões nas localidades visitadas. As referências obtidas são que não houve casos de famílias desalojadas.

Em visita ao Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Canaã do Norte, obteve-se a informação de que o reflexo mais evidente sobre a implantação da usina no município foi por algum tempo a fuga de mão de obra do campo para os canteiros da hidrelétrica. O empreendimento, embora considerado benéfico pela maioria dos entrevistados, uma vez que inseriu incremento à renda familiar e laboral local, em contrapartida escasseou a mão de obra dedicada a atividades primárias e serviços braçais nas fazendas de pecuária bovina.

Essa alteração da postura dos habitantes significa que o empreendimento disputou força de trabalho com atividades até então estabelecidas e consolidadas no local. Constatou o sindicato rural, parceiro do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que, no período de instalação do empreendimento, as atividades formativas de mão de obra, a partir de cursos para realização de atividades pecuárias, ficaram paralisadas. Nesse aspecto, é possível verificar que a média salarial paga pelo empreendimento tornou-se atrativa, superando a ofertada pela pecuária de grande porte local.

O representante da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Nova Canaã observou que a instalação foi positiva, uma vez que possibilitou agregação de renda ao campo. Relatou que os agricultores sitiantes, em especial dedicados à produção leiteira, tendo obtido renda do trabalho junto ao empreendimento, reinvestiram nas atividades dos próprios sítios, fortalecendo a atividade no município. Muitos sitiantes que trabalharam no empreendimento, por vezes, desenvolveram jornada dupla, ao mesmo tempo nas atividades do sítio e posteriormente deslocando-se ao empreendimento para trabalho. Outra situação constatada foi o desenvolvimento de um programa entre o empreendimento e a prefeitura através da Secretaria de Agricultura para a melhoria da bacia leiteira local, fonte de sobrevivência de dezenas de agricultores.

No município de Colíder, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a informação obtida foi a de que a construção da usina não alterou a agenda do sindicato, não aparecendo demanda alguma específica sobre o assunto que merecesse uma pauta a ela direcionada.

O maior embate, de repercussão acentuada na sociedade, particularmente no município de Colíder, ocorreu em relação aos trabalhadores da pesca e a COPEL. Oitenta e três trabalhadores (83) da atividade pesqueira apontaram que a implantação da UHE Colíder afetou radicalmente o cotidiano de trabalho. No processo de instalação do empreendimento, requereram indenização pelo tempo de aguardo para o retorno das condições adequadas do rio para o exercício da atividade pesqueira. A empresa COPEL, questionando o tempo requerido e o quantitativo de trabalhadores, colocou em dúvida o valor pleiteado. Após vários embates nas negociações, a questão foi a esfera judicial.

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

Não obstante, os pescadores também afirmaram que a usina alterou indefinidamente o ciclo de reprodução e a vida dos peixes, colocando em risco a sobrevivência de diversas espécies, o que prejudicará a atividade pesqueira no futuro. A empresa à época, alegando respaldo, via laudo técnico, contestou a versão.

No processo de instalação do empreendimento, ficou registrada a morte de milhares de peixes em acidente de operação e fechamento indevido de uma comporta da obra. A situação ocorreu em um final de semana e foi registrada via fotografia e vídeo por pescadores e operários da obra. Segundo depoimentos de pescadores locais, embora haja divergência numérica, aproximadamente 200 toneladas de diversas espécies foram mortas; porém, segundo informaram os entrevistados, a situação foi rapidamente encoberta pelo empreendimento, ao cavar valas para enterrar os peixes mortos, cobrindo posteriormente com cimento.

Nesse caso o “Ministério Público do Estado de Mato Grosso ingressou com ação civil pública, requerendo o bloqueio do valor de R\$ 5 milhões das contas das empresas responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica de Colíder.” Segundo o MPE, “a medida visou assegurar a reparação do dano moral coletivo causado à população e ao meio ambiente em razão da morte de milhares de peixes durante a execução das obras. Há indícios, inclusive, de contaminação da água do Rio Teles Pires devido à mortandade de peixes” (MPE, 2014).

Questionamentos sobre a alteração no habitat foram protocolizados pelos pescadores, que novamente alegaram destruição, impacto ambiental e colocação em risco das espécies. O tema judicializou-se e constituiu processo junto ao Fórum da Comarca de Colíder. Explicitamente, nesse caso, bem como no tocante à questão reprodutiva, pois não fora construída a escada de passagens das espécies migratórias no período da piracema, os pescadores alegaram que houve grandes impactos sobre a ictiofauna. Fundamenta-se o processo no registro fotográfico e em vídeos obtidos a partir de câmeras de telefones móveis de pescadores e mesmo de trabalhadores contratados para a construção da usina.

No tocante à mão de obra utilizada no empreendimento, relataram diversos entrevistados, em especial em Colíder, o efeito foi intenso. A primeira consequência foi o rápido aumento populacional em virtude da contratação de trabalhadores, com variações no decorrer da obra. A construção começou em início de abril de 2011, com 61 contratados, atingindo o pico em outubro de 2012 com 2.642 funcionários envolvidos diretamente, além do quadro permanente de técnicos, analistas e engenheiros responsáveis do quadro da COPEL destacados ao município. Tal situação interferiu na dinâmica socioespacial municipal, em especial no espaço urbano.

No tocante à contratação de mão de obra, é necessário verificar que a especialidade variou conforme o serviço requerido; porém, apurou-se que houve, no município, desde a presença de trabalhadores mais humildes para serviço de supressão vegetal, serventes de pedreiro, auxiliares de serviços gerais, até engenheiros especializados. Observa-se que, embora haja uma determinação de se aproveitar pelo menos 40% da mão de obra na própria região, houve um fluxo de trabalhadores de várias regiões do país (COPEL, 2016). Atualmente, já se considera como elemento certo a atração de centenas de trabalhadores

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

conhecidos como *barrageiros*, geralmente de origem da região nordeste que transitam na fronteira energética nesse tipo de empreendimento na Amazônia.

Em entrevista, um dos trabalhadores informou que a vida de um barrageiro é seguir os empreendimentos, onde quer que sejam construídos. O atrativo é o salário, que proporciona maior ganho comparativamente aos pagos por serviços similares em sua região de origem. O deslocamento é considerado positivo, pois além do salário, essas pessoas ainda recebem alojamento, alimentação e assistência médica no período da duração do contrato. O companheirismo também conta nesse contexto. A informação é passada para parentes, amigos e demais conhecidos que ficaram para trás, com a finalidade de formação de uma espécie de grupo ou mesmo equipe familiar. Nesse sentido, os vínculos afetivos contam, como relatou um trabalhador que trouxe a família (esposa e filhos) e fixou residência na cidade de Colíder.

Segundo informações de técnicos do escritório da COPEL, sediados no escritório do município de Colíder, houve preocupação por parte da empresa para que a presença desses trabalhadores não provocasse distúrbios nos municípios que abrigam o empreendimento. Funcionários públicos dos municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder e Itaúba informaram que quase não ocorreram episódios que tenham mobilizado setores da segurança pública, excetuando uma rebelião de trabalhadores ocorrida no local do empreendimento por conta de desentendimento quanto às horas extras. Houve o incêndio de alojamento, equipamentos, máquinas e veículos, bem como saque a caixas eletrônicos instalados no canteiro de obras.

No entanto, nos três municípios citados, as reclamações mais contundentes voltaram-se para a área da saúde. Além dos exames de rotina exigidos pela empresa contratante, os serviços médicos locais também atenderam pacientes em acidentes de trabalho, além das demandas rotineiras já existentes no município. Essa movimentação provocou uma pressão sobre esse setor, principalmente nos municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder e Itaúba.

No tocante à saúde, outra situação relatada é atinente ao setor de vacinas, pois as unidades de saúde ficaram sobrecarregadas nos municípios no período de contratação, excetuando-se o de Cláudia com menor fluxo de trabalhadores, uma vez que os funcionários contratados precisavam estar com as vacinações atualizadas. Também se fez notar que houve muitos acidentes com os trabalhadores devido a animais peçonhentos na instalação do empreendimento. Essa população, cotidianamente, em especial no período de supressão vegetal, recorria aos hospitais ou postos de saúde municipais. Como consequência, os prefeitos dessas localidades passaram a cobrar compensações, que se materializaram em forma de ambulâncias aos quatro municípios atingidos oriundas dos empreendedores.

No tocante aos auxílios aos municípios, foram apoiadas reformas de escolas, aquisição de equipamentos pedagógicos, de esporte e lazer, dentre outros, bem como contribuições e apoio a festividades tradicionais locais e apoio ao comércio de produtos de assentamentos rurais. Contudo, não há registros de investimentos de porte considerável às populações locais.

Ainda pressionado pelo aumento de trabalhadores na região, os aluguéis tiveram seus valores majorados acima dos índices inflacionários do período, provocando certo desequilíbrio nos preços, em especial na época da instalação.

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

Seguiu-se o aumento no custo de vida local, de produtos básicos como alimentação, materiais de limpeza, serviços de mecânica de automóveis, de empregados domésticos, assim como na hotelaria.

Por parte do segmento político dos municípios impactados diretamente, segundo membros do executivo e legislativo, a maior preocupação deu-se em relação aos valores das compensações financeiras. Embora haja uma legislação específica que garanta o recebimento de *royalties* aos municípios conforme o montante da área alagada a partir do início das operações de venda de energia, o maior tensionamento ocorreu durante as obras. Pontos de discórdia entre os municípios variaram desde o percentual destinado como compensação dos impactos gerados até a forma como se operacionaliza a cobrança de Imposto Sobre Serviço – ISS. Nesse sentido, como os municípios têm demandas distintas e entendimentos diferenciados sobre o que lhes cabia nesse processo, logo a disputa se tornou tema judicializado. A organização de um consórcio intermunicipal para fazer frente a esse debate ocorreu, entretanto não prosperou por falta de entendimento e participação de todos os representantes municipais.

No tocante ao empreendimento, é perceptível que nos municípios atingidos o poder público teve envolvimento tanto do Executivo quanto do Legislativo. De certa forma, é possível dizer que houve o acompanhamento *pari passu* dos poderes no desenvolvimento do empreendimento. Relataram os representantes dos legislativos locais, entretanto, que o empreendimento, embora tenha realizado audiências públicas, ocorreu “de cima para baixo”. Observaram que as audiências públicas foram apenas para legitimar o processo, sem que houvesse qualquer oportunidade de decisão a não realização do empreendimento.

No tocante a tal legitimação, um servidor público ligado a atividades do meio ambiente no município de Colíder relatou que, nesse quesito, a decisão foi sumária, sem maiores discussões com a sociedade, o que explicita o problema no tocante aos projetos de exploração e intervenção na Amazônia, quer do potencial hidráulico ou outros, que via de regra segue projetos determinados “de cima e de longe” sem escuta das populações locais e sem tempo para adequações.

Quanto aos impactos socioambientais, o Projeto Básico Ambiental da UHE Colíder reconhece, conforme quadro 06, que potencialmente poderia haver vários tipos de impactos com a instalação da usina quer sobre o meio físico, biótico, quanto o antrópico; no entanto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar os impactos provocados diversos programas socioambientais foram estabelecidos, conforme se verifica no quadro 07.

Quadro 06: Potenciais impactos socioambientais produzidos na instalação da UHE Colíder

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	
M e i o F í s i c o	• Alterações nas propriedades físico-químicas e da qualidade da água
	• Assoreamento durante a fase construtiva
	• Alterações no regime fluviométrico e na qualidade da água durante o enchimento do reservatório
	• Formação de ambiente lântico e alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas superficiais na fase de operação
	• Assoreamento de remansos e confluências
	• Retenção de sedimentos e alterações na geometria fluvial a jusante do barramento
	• Rebaixamento do lençol em decorrência das obras
	• Elevação do nível do lençol freático após a formação do reservatório

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

	• Indução de processos erosivos durante as obras • Alteração do risco de contaminação do solo durante as obras • Instabilização de margens e indução de processos erosivos no reservatório durante a operação • Criação de áreas úmidas permanentes • Ocorrência de sismos induzidos • Alteração na qualidade do ar durante as obras • Alterações no clima local • Patrimônio paleontológico
M e i o B i ó t i c o	• Redução da cobertura vegetal • Ampliação do grau de fragmentação dos remanescentes e dos efeitos de borda e redução da conectividade entre remanescentes florestais • Alteração da estrutura da vegetação florestal em decorrência da elevação do lençol freático • Redução da qualidade do habitat durante as obras • Aprisionamento de peixes nas áreas ensecadas • Redução da qualidade do habitat a jusante do barramento durante o enchimento • Alteração na dinâmica de deslocamento da ictiofauna em decorrência da implantação do barramento • Alterações nas populações de peixes no rio Teles Pires na fase de operação • Perturbação e afugentamento da fauna silvestre durante as obras • Óbito e fuga de animais durante as atividades de desmatamento e inundação • Aumento da pressão de caça durante o período de obras • Alteração nas populações terrestres em função das mudanças e redução dos habitats naturais • Ampliação de barreira física decorrente da formação do reservatório • Alteração na dinâmica da população de vetores
M e i o A n t r ó p i c o	• Geração de empregos diretos e indiretos durante a construção • Geração de empregos diretos e indiretos durante a operação • Aumento da massa salarial durante a construção e a operação • Atração de fluxos migratórios durante a construção • Saldos migratórios negativos ao final da fase de construção • Perda de moradias e fontes de rendimento e subsistência • Risco de tensões entre mão de obra imigrante e população local • Geração de expectativas da população local sobre o empreendimento • Interferências com áreas e atividades de lazer da população local • Incômodos à população devido ao tráfego pesado e a alterações em estradas rurais, acessos e travessias • Aumento das receitas fiscais durante a construção e a operação • Alterações nos valores imobiliários durante a construção e a operação • Dinamização das economias locais durante a construção • Retração econômica ao final da fase de construção • Perda de áreas de produção agrossilvopastoril • Interferências com atividades turísticas • Interferência com a pesca artesanal profissional • Riscos à saúde pública durante a construção • Risco de endemias em decorrência da formação do reservatório • Substituição de usos nas áreas de intervenção e inundação • Indução de alterações nos padrões de uso e/ou cobertura do solo no entorno do reservatório • Indução ao crescimento e alterações nos padrões de uso do solo urbano • Apropriação da capacidade e deterioração das vias locais por veículos a serviço das obras • Aumento da demanda por serviços públicos de saúde durante a construção • Apropriação parcial da capacidade local de disposição de resíduos sólidos • Obstrução de estradas vicinais pelo reservatório e interferência com redes de utilidades • Pressões indiretas sobre as infraestruturas e os serviços públicos urbanos • Ampliação da oferta de energia elétrica no sistema interligado nacional

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

	• Alterações na paisagem durante a construção e a operação • Impactos em populações indígenas e comunidades tradicionais • Impactos em unidades de conservação
--	--

Fonte: COPEL, AMBIOTECH Consultoria, 2010. Organizado pelos autores, 2016.

Quadro 07: Ações da UHE Colíder previstas para mitigar, prevenir e compensar impactos socioambientais

AÇÕES
• Programa de gestão ambiental da obra • Programa de seleção, capacitação e contratação de mão de obra e fornecedores locais • Programa de capacitação e gestão de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional nas frentes de obra • Programa de atendimento a emergências ambientais • Programa de monitoramento climatológico • Programa de monitoramento hidrogeológico • Programa de monitoramento sísmológico • Programa de monitoramento de processos erosivos e de assoreamento • Programa de supressão de vegetação e limpeza da área do reservatório • Programa de monitoramento e conservação de ecossistemas aquáticos • Programa de monitoramento de fauna terrestre • Programa de resgate de fauna • Programa de conservação da flora • Programa de implantação ou incremento de viveiro florestal • Programa de recuperação de áreas degradadas • Programa de monitoramento de áreas úmidas • Programa de regularização florestal • Programa de comunicação social • Programa de gestão de terras e reassentamento • Programa de gestão de interferências com direitos minerários • Programa de preservação, prospecção e resgate do patrimônio arqueológico • Programa de educação ambiental • Programa de vigilância epidemiológica e controle de epidemias • Programa de monitoramento e fomento a atividades econômicas • Programa de reconfiguração da rede de vias e utilidades rurais • Programa de apoio aos municípios • Programa de gestão ambiental e sociopatrimonial do reservatório • Programa de compensação ambiental • Programa de gestão de riscos de galgamento e de segurança operacional da barragem • Programa de responsabilidade socioambiental da COPEL • Programa de supervisão ambiental • Programa de salvamento do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

Fonte: COPEL, AMBIOTECH Consultoria, 2010. Organizado pelos autores, 2016.

A empresa, vencedora do leilão para explorar a usina hidrelétrica, embora reconheça a existência de impactos, físicos, bióticos e antrópicos, propõe programas, por força de lei, os quais acredita que possam mitigar, prevenir ou compensar as alterações no território, garantindo que o empreendimento seja sustentável “promovendo ganhos ambientais significativos que compensam satisfatoriamente os impactos diagnosticados, servindo inclusive de modelo a futuros planos similares em outras áreas a serem afetadas pelo UHE Colíder” (COPEL, 2010).

A partir de dados e de informações obtidas junto ao escritório da COPEL em Colíder, foi possível verificar que alguns programas estiveram em execução

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

com pessoal qualificado para tanto; contudo, foi possível também verificar que ações mais complexas e que exigem maior tempo não são tão conhecidas e apresentam dificuldades de se acompanhar os passos efetivados.

Alguns dos pontos elencados como potencialmente impactantes viraram demanda judicial provocando momentos de paralisação da obra. Cita-se como exemplo, além da questão sobre a mortalidade dos peixes, o problema levantado a respeito das sobras de vegetais que foram enterradas na área a ser inundada, o que pode provocar desastres ambientais de grande proporção quando da decomposição desse material, formando gases e envenenamento da água.

Outra situação foi quanto ao destino da madeira retirada da área para o alagamento. Aproximadamente 1.000.000 m³ de material estavam estocados, sendo que, segundo estimativa da prefeitura Municipal de Itaúba, seria um montante suficiente para abastecer as serrarias da região por dois anos. Questões de ordem burocrática e legais impediram a venda e a doação de grande parte desse material para as prefeituras que tinham como objetivo principal utilizá-lo para a construção de pontes e interligações vicinais, entre outros projetos. Foi relatado por autoridades municipais que muito deste material se perdeu e outro tanto não se sabe o paradeiro, em virtude de desvios e furtos.

Quando se perguntou aos entrevistados o que achavam de ter uma usina hidrelétrica construída junto ao seu município, todos os sujeitos questionados responderam que era uma obra importante; no entanto, a grande maioria também respondeu que o município não estava recebendo compensação monetária suficiente para o que deveria receber. Os populares entrevistados alegaram que, no auge da construção, houve muitos transtornos quando da utilização dos serviços públicos, pois ficaram sobrecarregados devido à capacidade limitada. Igualmente, ocorreu o aumento dos preços de mercadorias e serviços, bem como dificuldades na utilização de serviços bancários, uma vez que o número de trabalhadores da usina aumentava consideravelmente a presença na cidade em dias de pagamento.

Questionados sobre eventuais impactos que a usina provocou na região, alguns não souberam responder, mas a maioria afirmou que a pesca local sofreu mudanças, embora essa situação não alterasse muito suas vidas. Também alguns entrevistados responderam que a temperatura ambiente aumentou, dada a alteração do leito do rio e a formação de grande lâmina de água que irradia o calor; contudo, houve unanimidade quanto à perspectiva de que o município aumentou suas receitas pelo funcionamento da usina.

Pode-se perceber que, de forma geral, há uma visão fragmentada sobre o empreendimento, muito embora academicamente tenha se tentado fazer um debate mais amplo na região sobre a dimensão de um projeto dessa envergadura. Agentes políticos locais, notadamente prefeitos e suas bases de apoio legislativo, têm uma leitura mais ampla, porém o fator determinante desse entendimento é se os benefícios financeiros oriundos do projeto estão em justa medida com os custos administrativos e impactos e consequências definitivas causadas pelo empreendimento.

Houve algumas reações contrárias por parte da população em geral em relação à instalação da UHE Colíder, que se deram, na maioria das vezes, de forma pontual, o que não chegou a alterar o ritmo de funcionamento das obras e a instalação do empreendimento, exceto quando alguns desses pontos foram

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

judicializados e o poder judiciário determinou sua interrupção até que o problema fosse sanado.

Ao questionar pessoas com experiência em construção de usinas hidrelétricas, a informação obtida é a de que pendências judiciais são os principais motivos dos atrasos nas obras, mas que há forte articulação no Congresso Nacional para que algumas questões de ordem ambiental sejam alteradas em forma de lei, destravando uma série de exigências. Em relação à intervenção do governo federal, por meio de políticas públicas, a intervenção deu-se principalmente por intermédio do PAC, como contrapartida à construção e à instalação da usina. Foram realizados investimentos em saúde (unidades básicas de saúde), educação (escolas), energia no campo, moradia, estradas em assentamentos rurais e asfaltamento urbano. Neste sentido, foram verificadas obras nos quatro municípios pesquisados.

No entanto, é possível verificar, a partir do quadro 08, que tais investimentos não foram suficientes nos anos iniciais de funcionamento para provocar avanço de maneira equalizada em todos os setores.

Quadro 08: Índice FIRJAN de desenvolvimento dos municípios (2010 – 2013)

Índices	MUNICÍPIOS							
	Cláudia		Colíder		Itaúba		Nova Canaã do Norte	
	Ano 2010	Ano 2013	Ano 2010	Ano 2013	Ano 2010	Ano 2013	Ano 2010	Ano 2013
Índice de Desenvolvimento Municipal	0,6256	0,6669	0,6663	0,6839	0,7015	0,6553	0,5679	0,6352
Educação	0,7059	0,7765	0,7151	0,8090	0,7924	0,7737	0,6882	0,7875
Saúde	0,6698	0,7469	0,7186	0,5852	0,7560	0,5521	0,6540	0,5473
Emprego e Renda	0,5012	0,4772	0,5651	0,6576	0,5562	0,6401	0,3614	0,5707

Fonte: FIRJAN, 2016. Dados organizados pelos autores.

É possível perceber que, entre os anos de 2010 a 2013, período de pico nas contratações de mão de obra por parte da UHE Colíder, também foi o período de intensificação dos serviços; porém, os municípios, apesar dos investimentos federais, não conseguiram sair de uma posição moderada, conforme a metodologia FIRJAN. Sem surpresa, o índice de *emprego e renda* elevou-se, porém, os índices de *saúde* caíram. No contexto é possível indicar que esses municípios não sofreram impactos positivos significativos nesse período, o que permite questionar a lógica de desenvolvimento sustentado apregoada em razão da instalação da UHE, pelo menos para o momento analisado.

Considerações finais

Em síntese, é possível dizer que, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia, não houve uma resistência social organizada contra a instalação da UHE Colíder. Deste modo, o empreendimento foi instalado sem contraposição sociopolítica ou ambiental manifesta. Apenas a judicialização apareceu como forma de resistência.

Ocorreram situações pontuais relativas ao preço de terras, demandas dos pescadores que se sentiram afetados, acidentes no tocante à mortalidade de peixes devido ao fechamento inadequado de uma comporta, bem como a situação de aproximadamente um milhão de metros cúbicos de madeira com

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

problemas legais e de destinação adequada, além da questão da destinação de resíduos vegetais oriundos da supressão que foram inseridos no subsolo.

Como resultado da pesquisa, o que se pode afirmar é que, parte da população em geral, exceto alguns membros da classe política, servidores públicos, do movimento dos pescadores e da academia universitária, há um alheamento, distanciamento ou desconhecimento do significado da instalação de uma usina hidrelétrica em seu território. Esse empreendimento envolve considerável recurso monetário, mas muitos não sabem que deriva do dinheiro público financiado; igualmente desconhecem qual foi o papel dos governos federal e estadual nesse processo.

Boa parte dos entrevistados relatou que, mesmo que fosse contra o projeto, não haveria nada a ser feito porque tudo se resolveu em Brasília; logo, “a ordem veio de cima para baixo” e seguiu-se a teoria do fato consumado. Também há um relativo desconhecimento sobre as empresas que executaram a obra e quem gerencia na atualidade, quem são os donos. Sabe-se que é a COPEL, uma empresa paranaense. Boa parte dos entrevistados acredita ainda que a UHE Colíder tem em sua agenda a solução de problemas energéticos locais.

Diante de tais evidências é preciso deixar claro que a instalação de uma usina hidrelétrica, no contexto político e econômico em que passa a sociedade brasileira, atrelada a uma lógica capitalista globalizante, é, em primeira ordem, um empreendimento comercial, que tem como principal recurso a água - um bem comum natural e social que sofreu apropriação privada. A partir do momento em que a usina entrou em funcionamento houve restrições quanto ao uso da água em suas formas diversas. Nesse sentido, afirma-se que “O uso do território como recurso mercantil só pode ser feito mediante a produção de subespaços alienados” (Rodrigues, 2012, p. 439).

Tal fenômeno ajuda a compreender o alheamento e o distanciamento das pessoas locais quanto à usina hidrelétrica. Há uma compreensão fragmentada do projeto em si; logo, poucos conseguem fazer uma leitura densa e abrangente do empreendimento, até porque os elementos não são explícitos à sociedade. Destarte, o processo de reconfiguração de parte do território que passa para o setor privado aquilo que era público, de uso social, acontece quase despercebidamente.

Entende-se também que o processo histórico formativo da região contribuiu para que questões ambientais de fundo não tivessem maior eco. A população tem como referência maior as rodovias, em especial a BR-163, caminho que tornou possível a chegada via migração. O rio Teles Pires tem sua importância, mas não foi tratado como elemento vital, uma vez que, para o desenvolvimento dos municípios e crescimento das cidades, as estradas (rodovias) foram compreendidas como fundamentais. A grande alteração da paisagem com o corte de uma parte da floresta para o alagamento não causa surpresa, pois esses municípios foram construídos a partir de intenso desmatamento, da depredação ambiental e utilização da floresta como fonte de recurso inicial, via extrativismo.

A reconfiguração e a refuncionalização desse território, em detrimento das pessoas locais, deu-se a partir de um movimento orientado pela lógica capitalista, a qual, a partir da divisão de trabalho, aponta as funções territoriais.

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

E quando se percebem resistências no território, cooptação e construções de aparatos políticos e jurídicos são acionadas.

Conclui-se indicando que a instalação da UHE Colíder, a partir da lógica capitalista, de certa forma, captura o Estado quando é estabelecido um arranjo legal e financeiro para o empreendimento que tem, a despeito do discurso de resolução da questão energética, um objetivo de médio e longo prazo, que é o de obter lucro. Auxiliado por Santos (2008), é possível afirmar que a usina é uma tecnoesfera, dependente de ciência e tecnologia, porém, a sua afirmação ocorre paralelamente à criação, sob a mesma lógica, de uma psicoesfera que fornece regras à racionalidade ou estimula o imaginário.

Os municípios de Nova Canaã do Norte, Colíder, Itaúba e Cláudia são revestidos de uma importância ilusória, que é a de contribuir para levar energia elétrica para a maioria da população ao mesmo tempo em que passam ao seletivo grupo de lugares que receberão *royalties* pelo usufruto da água. De forma emblemática, considera-se oportuno citar a fala de um agente público do município de Nova Canaã do Norte que, ao se referir a um segundo empreendimento da mesma natureza que está previsto para o local, afirma otimista: “Da próxima vez já sabemos como fazer, pois aprendemos com esta que foi construída...[...]” (S.M.A., 2019).

Nesse contexto, infere-se que a perspectiva de desenvolvimento regional incorporada pelo Estado brasileiro, os quais tenham como propósitos a diminuição da pobreza e assimetrias regionais, tem seu limite histórico já inserido no momento em que propõe uma aliança entre capital e trabalho justamente numa região onde se reconhece grande potencialidade de recursos naturais que o capitalismo tem em sua agenda a explorar. A UHE Colíder, não obstante trouxe benefícios, é, sobretudo, um grande negócio para as empresas envolvidas; negócio que exigiu do Estado cooperação financeira, legal, política e de *marketing*.

Assim, só é possível falar em desenvolvimento regional a partir do momento em que se incorpora esse conceito ao empoderamento dos sujeitos nas decisões que são tomadas em seu próprio território. E não é o que aconteceu naquilo que diz respeito à implantação de usinas hidrelétricas na região da Amazônia Legal, particularizando aqui, no entorno do rio Teles Pires.

Neste contexto, observa-se que a população é apenas comunicada sobre a instalação dos projetos e, por vezes, convidada a fazer certas cobranças, desde que não seja colocada em risco a instalação dos empreendimentos. Além disso, há um processo que aliena o território fazendo a população se envolver em debates de cunho financeiro, o que é perfeitamente legitimado no campo dos negócios, inserindo-os na própria lógica da dinâmica de mercantilização da natureza, o que obviamente implica no modo de vida das populações presentes no território.

Já no que diz respeito às questões ambientais, por mais que se anunciem medidas mitigadoras, elas não impedem uma transformação do território, alterando profundamente suas características. Além disso, a UHE Colíder, quando de seu funcionamento, passou a ser um elemento estranho, particular, restritivo, sem muitos trabalhadores à frente, mas que aponta a geração de benefícios. Ironicamente, os benefícios dessa obra vinculam-se diretamente ao lucro obtido pelas corporações que a exploram de longe.

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE COLÍDER EM MATO GROSSO

O Estado, não obstante em atuar em prol de políticas públicas populares, está capturado pelas regras globais do capitalismo, o que historicamente tem se mostrado excludente, trabalhando para que as regiões entrem no jogo competitivo e transformem-se em territórios funcionais submissos às corporações. É perceptível que o território-ambiente amazônico está em processo intenso de inserção na lógica do capitalismo globalizado, tendo na atualidade, além da fronteira do agronegócio em expansão, a fronteira energética em pleno avanço. Tais elementos contribuem decisivamente para a descaracterização da Amazônia e suas populações.

Por fim, denota-se que há contradições estruturais do desenvolvimento aplicado à Amazônia, onde ainda se reproduz a lógica colonial, inviabilizando populações e seus anseios e perspectivas, o que requer novas formas de construção de políticas públicas e sua aplicação, assim como monitoramento contínuo, onde a transparência se apresenta como desafio.

Referências

AMAZÔNIA REAL. Barragens na Amazônia, 2013. Disponível em: https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2013/Barragens%20na%20Amaz%C3%B4nia_S%C3%A9rie_Amaz%C3%B4nia%20Real.pdf Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Usinas hidrelétricas no Mato Grosso. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém. Brasília, 2006. Disponível em: www.casacivil.gov.br. Acesso em: 3 fev, 2019.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Plano de Aceleração do Crescimento. Brasília. 2013. Disponível em: www.casacivil.gov.br. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética – EPE/Consórcio Leme-Concremat. Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires. Caracterização Sócio Ambiental da Bacia. Relatório Parcial I, 2008. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética – EPE/Ministério de Minas e Energia – MMM. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 ano base 21014. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/Forms/Anurio.aspx>. Acesso em: 03 ago. 2029.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia – MME/Empresa de Pesquisa Energética – EPE -. (2007). Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME: EPE. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados>

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-PNE-2030 Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Plano de Aceleração do Crescimento 2. Brasília, 2013. Disponível em: www.minsiteriodoplanejamento.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. 2008. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília, 2008.

<https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/PAS-Presidencia-Republica.pdf> Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Programa de aceleração do crescimento - PAC Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/MP, 2013 Disponível em: <http://www.dados.gov.br/dataset/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

COLÍDER. Câmara Municipal de Colíder. Pescadores se revoltam com a mortandade de peixes na UHE Colíder. 2015. Disponível em <http://www.camaracolider.mt.gov.br/Noticias/Pescadores-se-revoltam-com-mortandade-de-peixes-na-uhe-colider/>. Acesso em: 15 maio 2019..

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A./Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A./Eletronorte Furnas Centrais Elétricas S.A. Aproveitamento Hidrelétrico Colíder – 300MW. Rio Teles Pires. Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Volume I, 2009. Disponível em http://www.copel.com/uheColíder/sitearquivos2.nsf/arquivos/eia_-_vol._i/.

COPEL, Companhia Paranaense de Energia Copel. Dados sobre a implantação da Usina Hidrelétrica Colíder – UHE. Colíder – MT, 2016.

COPEL/AMBIOTECH Consultoria. Projeto Básico Ambiental ARE Colíder – 300 MW – Cláudia, Colíder, Itaúba e Nova Canaã do Norte. Mato Grosso – Brasil, 2016. Disponível: http://www.copel.com/uheColíder/sitearquivos2.nsf/arquivos/pba_Colíder/. Acesso em: 11 jun. 2019.

FEARNside, P. M. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA, L. F.; CARVALHO, C. X. DE . Hidrelétricas na Amazônia: uma discussão dos impactos de Belo Monte à luz do Licenciamento Ambiental. Revista Tempo do Mundo, n. 27, p. 385-422, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/336> Acesso em: 05 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

**EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA
NA FRONTEIRA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE
COLÍDER EM MATO GROSSO**

MATO GROSSO, Governo do Estado de Mato Grosso. Geografia. Mato Grosso, 2016. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/geografia>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MPE/MT. Mortandade de peixes leva MPE a ingressar com ação contra empresas responsáveis por usina hidrelétrica. 2014. Disponível em: <http://www.mpmt.mp.br/imprime.php?cid=64965&sid=58>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT/Fundação Perseu Abramo. Caderno Temático de Programa de Governo: O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil. Belém – PA, 2002. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

RODRIGUES, E. B. Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção. 4. ed., 4. Reimp., São Paulo, SP : EDUSP, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. En: Osal: Observatório Social de América Latina. Año 6 n° 16. Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16 Santos.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16%20Santos.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

SISTEMA FIRJAM. Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

S.M.A. Entrevista concedida em 16/02/2019. Colíder, MT., 2016.

Recebido em: 02/03/2025

Aprovado em: 28/03/2025

Publicado em: 02/05/2025